RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA ANUAL DE 2026 DO PARLAMENTO PAN-AFRICANO (PAP) DOS PRESIDENTES DOS PARLAMENTOS NACIONAIS E REGIONAIS; MIDRAND, ÁFRICA DO SUL: 31 DE JULHO E 1 DE AGOSTO DE 2026 – IMPLICAÇÕES PARA O FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC

1.0 INTRODUÇÃO

1.1 O Parlamento Pan-Africano (PAP) realizou a sua Conferência Anual de Presidentes dos Parlamentos Nacionais e Regionais Africanos de 2026 na sede do PAP em Midrand, África do Sul, nos dias 31 de julho e 1 de agosto de 2026. A Conferência foi organizada sob o tema central:

"O papel da diplomacia parlamentar no reforço das relações com os parlamentos nacionais e regionais e no contributo para a concretização dos objectivos da Agenda 2063."

1.2 A Conferência contou com a participação de presidentes de parlamentos de todo o continente, representantes de organizações regionais e interparlamentares e ex-presidentes da Assembleia de Augusto, para debater assuntos relacionados com o papel da diplomacia parlamentar no avanço da integração continental e no reforço da cooperação entre as instituições legislativas africanas.

1.3 Como principal fórum consultivo do Parlamento Pan-Africano com os parlamentos nacionais e regionais, a Conferência Anual dos Presidentes dos Parlamentos Nacionais e Regionais proporcionou uma oportunidade para reforçar a colaboração em apoio dos objectivos da União Africana e da Agenda 2063 – "A África que Queremos".

1.4 Foi para mim uma honra e um privilégio ser eleito Presidente da Mesa da Conferência de Oradores. Assim, assumi a presidência da Conferência e presidi aos dois dias do evento.

1,5 Este relatório vai além da banalidade de uma mera narrativa de acontecimentos, oferecendo uma análise da Conferência Anual de Presidentes de Parlamentos Nacionais e Regionais (PAP 2026) com foco em interseções estruturais, lições estratégicas e recomendações práticas essenciais para o Fórum Parlamentar da SADC e a sua 59ª Assembleia Plenária.

2.0 QUESTÕES CRÍTICAS PARA O FÓRUM PARLAMENTAR DA SADC

2.1 As deliberações e os resultados da Conferência de Presidentes do PAP de 2026 impactam diretamente a governação regional e a harmonização legislativa na região da SADC. As questões mais prementes incluem:

2.1.1 O "défice de implementação" e a ação legislativa:A conferência Identificou-se um fosso continental crónico entre as estruturas políticas visionárias, incluindo, mas não se limitando à Agenda 2063 da União Africana, e a implementação efectiva dos objectivos declarados. Para o Fórum Político da SADC, isto sublinha a urgência de passar de resoluções aspiracionais para resultados orientados para a acção, se o Fórum quiser continuar a ser relevante para os cidadãos da SADC que somos chamados a servir.

2.1.2 Institucionalização da Conferência de Oradores:A institucionalização formal da Conferência Anual de Presidentes de Parlamento como plataforma consultiva máxima entre o PAP e os parlamentos regionais implica que os parlamentos membros do Fórum Parlamentar da SADC devem alinhar sistematicamente as resoluções regionais com os mandatos continentais.

2.1.3 Adoção das Leis-Modelo do PAP:O PAP apresentou três novas leis-modelo sobre Igualdade de Género, Migração Laboral e Gestão Sustentável do Solo, que se somam aos quadros normativos existentes. O Fórum da SADC enfrenta o desafio estratégico de interiorizar e harmonizar estes instrumentos em toda a África Austral, sem duplicar ou entrar em conflito com as leis-tipo da SADC já existentes. Sem dúvida, há espaço para uma colaboração sinérgica com o PAP no desenvolvimento de quadros normativos que

obtenham apoio regional e continental para comparar as nossas leis municipais e melhorar o ambiente legislativo e político.

2.1.4 O estrangulamento do Protocolo Malabo: Um dos principais obstáculos estruturais destacados na conferência foi a lenta taxa de ratificação do Protocolo de Malabo, tendo sido alcançadas apenas 15 das 28 ratificações necessárias ao longo de uma década. Uma vez que os plenos poderes legislativos do PAP dependem deste Protocolo, os parlamentos nacionais da SADC têm a responsabilidade directa de contribuir para a resolução deste impasse político, especialmente tendo em conta que nenhum dos parlamentos da SADC ratificou o Protocolo. Devemos também extrair lições instrutivas dos desafios que o PAP enfrentou na sua própria busca pela transformação num Parlamento Regional da SADC. O progresso que alcançámos até à data atesta o poder latente da perseverança, a astúcia para negociar e mudar de rumo quando necessário, mantendo-nos resolutamente comprometidos com o objetivo da transformação. Nas palavras do antigo general do Exército dos EUA e 65º Secretário de Estado dos EUA, Colin Powell,**"Os líderes honram os seus valores fundamentais, mas são flexíveis na forma como os executam."**[1]

2.1.5 Redes Parlamentares Continentais:A conferência decidiu estabelecer redes continentais especializadas que abrangem a paz e a segurança, o comércio, as alterações climáticas, as finanças públicas e a transformação digital. O Fórum da SADC deve posicionar estrategicamente os seus Comités Permanentes existentes nestas redes para maximizar a sua influência.

3.0 LIÇÕES APRENDIDAS NA CONFERÊNCIA DE ORADORES DO PAP

3.1 A análise do processo de Midrand oferece informações essenciais para a SADC.

Fórum Parlamentar:

i. **A Diplomacia Parlamentar como Pilar Igualitário:**Historicamente, a diplomacia executiva tem dominado a política externa africana. A conferência estabeleceu que a diplomacia parlamentar é um pilar paralelo e indispensável

[1]Lições de Liderança Executiva da Thompson, por Collin Powell.https://schoolleadership.net/project/colin-powells-lessons/Acedido em 17 de novembro de 2026.

da governação, capaz de mitigar ativamente os conflitos regionais e de ultrapassar os impasses diplomáticos.

ii. **Realismo da Soberania versus Integração:**A resistência ao Protocolo de Malabo radica em preocupações genuínas com a soberania nacional e nas implicações de custos relativas à eleição directa dos membros do PAP por sufrágio universal. As lições aprendidas demonstram que os órgãos continentais não podem ignorar o consenso entre os poderes executivo e legislativo nacionais. Portanto, o envolvimento proativo com os Ministérios dos Negócios Estrangeiros é vital e inevitável.

iii. **Estruturas de Responsabilização Estruturadas:**As declarações falham quando não são acompanhadas de mecanismos de execução. A introdução, pelo PAP, de um quadro de monitorização voluntária que exige que os parlamentos nacionais apresentem Relatórios Anuais de Implementação e a inclusão da internalização da lei-tipo como ponto permanente da agenda servem de referência para a forma como o Fórum Parlamentar da SADC pode incentivar a responsabilização entre os parlamentos membros.

iv. **A relação entre a paz, o comércio e o clima:**Choques globais como a insegurança alimentar, a vulnerabilidade climática e o endividamento excessivo não podem ser resolvidos de forma isolada. A conferência comprovou que a integração económica (AfCFTA) e a industrialização estão intrinsecamente ligadas à paz regional, à segurança e à transformação digital.

4.0 RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O PF DA SADC

4.1 Para optimizar a sua relação com o Parlamento Pan-Africano e promover os interesses regionais, propõe-se que o Fórum Pan-Africano da SADC considere a implementação das seguintes recomendações:

4.2 Harmonizando as agendas legislativas e as leis-tipo.

i. Estabelecer um Mecanismo Conjunto de Revisão: o Secretariado do Fórum da SADC deve colaborar com o Secretariado do Programa de Acção Política (PAP) para estabelecer uma mesa técnica conjunta encarregada de rever as Leis-Modelo do PAP e facilitar a implementação regional, garantindo uma interiorização perfeita dentro da estrutura jurídica da SADC.

ii. Priorizar a internalização: Os parlamentos nacionais da região da SADC devem priorizar a internalização das recém-apresentadas Leis Modelo sobre Igualdade de Género, Migração Laboral e Gestão Sustentável do Solo, utilizando as ferramentas de supervisão regional do Fórum Parlamentar da SADC para acompanhar o progresso.

4.3 Desvendando o Protocolo de Malabo e o Protocolo da SADC

iii. Intensificar a defesa de interesses através dos representantes nacionais: Sob a liderança dos representantes nacionais da SADC, o Fórum Parlamentar da SADC deve promover uma atuação coordenada junto dos parlamentos nacionais e dos ministérios dos Negócios Estrangeiros para acelerar as restantes ratificações necessárias para que o Protocolo de Malabo e o Protocolo da SADC entrem em vigor.

4.4 Institucionalizando a sinergia e eliminando a duplicação.

iv. Alinhar as redes regionais e continentais: em vez de operarem isoladamente, as Comissões Permanentes do Fórum Político da SADC devem considerar a integração directa nas redes parlamentares continentais propostas, entre elas, as das alterações climáticas, das finanças públicas e do comércio, para garantir que as prioridades da África Austral moldam as posições legislativas continentais. As Comissões Permanentes do Fórum Político da SADC podem também procurar activamente uma colaboração mais estreita com comissões equivalentes no Parlamento Pan-Africano, a fim de influenciar estrategicamente a agenda continental.

v. Relatórios institucionalizados: O Fórum Parlamentar da SADC deve ser elogiado por adoptar um modelo de prestação de contas institucionalizado, tornando a implementação das resoluções do Fórum pelos parlamentos nacionais um ponto obrigatório e permanente da agenda de todas as Assembleias Plenárias do Fórum Parlamentar da SADC.

5.0 CONCLUSÃO

5.1 A Conferência Anual de Presidentes de Parlamentos Nacionais e Regionais do PAP 2026 marcou um momento decisivo para a governação legislativa africana, ao mudar o foco institucional das grandes declarações para a responsabilização operacional. A Conferência sublinhou que a diplomacia parlamentar é um pilar paralelo e indispensável da integração continental, capaz de lidar com complexos choques geopolíticos, económicos e de segurança. Os Parlamentos Nacionais e o Fórum Parlamentar da SADC não

devem hesitar nem pedir desculpa por utilizar a diplomacia parlamentar para se posicionarem estrategicamente como vanguarda da transformação regional e continental.